



GT 04 – Conflitos urbanos, violência e direito à cidade

ÀS MARGENS DA MG-129: A LAMA INVISÍVEL COMO FERRAMENTA DO NEO-EXTRATIVISMO MINERAL E DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

Lorena Portilho Bruno¹,
Leonardo Job Biali²

1 INTRODUÇÃO

A Rodovia MG-129, conhecida localmente como Rodovia Samarco, atravessa uma das regiões mais afetadas pelos impactos do extrativismo mineral em Minas Gerais. Historicamente marcada pela intensa atividade mineradora, a região teve seu processo de desenvolvimento profundamente influenciado pela criação da Itabira *Iron Ore Company* em 1911 e, posteriormente, pela Companhia Vale do Rio Doce em 1942³. Municípios como Itabira, Mariana, Ouro Preto e outros se transformaram em polos mineradores, promovendo o crescimento econômico local, mas também provocando severos impactos sociais e ambientais, entre eles a degradação dos ecossistemas, a dependência econômica da mineração e a piora na qualidade de vida das populações que vivem a jusante das barragens de rejeito⁴.

Além dos riscos diretos relacionados às estruturas das barragens, a retomada das operações da Samarco em 2020 agravou tensões sociais e danos estruturais nas residências próximas à rodovia, provocados pelo tráfego intenso de caminhões pesados. Relatos de moradores das cidades de Santa Bárbara e do distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto, revelam um cotidiano de medo, adoecimento psíquico, desalojamentos forçados e descaso institucional. A população vive sob constante estado de alerta, o que configura um cenário de insegurança permanente e injustiça socioambiental⁵.

¹ Graduanda em Agronomia, Universidade de Brasília. Bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Lorenaportilhobruno@gmail.com.

² Professor do Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília, Professor Adjunto. ljbiali@unb.br.

³ **ENRÍQUEZ, M. A. R. S.** *Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UnB. Universidade de Brasília, 2007.

⁴ **SOUZA, R. F.** A efêmera e fatal Mina de Cata Branca: mineração e trabalho numa companhia aurífera inglesa em Minas Gerais (1832–1844). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 7, n. 14, jul./dez. 2015.

⁵ **MANUELZÃO, P.** *A lama invisível que atormenta Antônio Pereira*. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/a-lama-invisivel-que-atormenta-antonio-pereira/>. 2021. Acesso em: 19 jun. 2025.



Este estudo tem como objetivo identificar as barragens de maior periculosidade próximas à Rodovia MG-129 e analisar os impactos socioeconômicos da chamada “lama invisível” nas comunidades a jusante. Também investiga a dependência econômica da mineração e a falta de alternativas sustentáveis na região, contribuindo para o estudo da justiça socioambiental ante aos conflitos gerados pelo neo-extrativismo mineral.

2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

O mapeamento das barragens de rejeitos nos municípios ao redor da Rodovia MG-129 revelou a concentração de estruturas classificadas com Categoria de Risco (CRI) alta⁶, destacando a relevância histórica e a intensidade da atividade mineradora na região. Paralelamente, observou-se uma tendência de declínio populacional em municípios mineradores, como Itabira e Santa Bárbara, fenômeno relacionado à insegurança gerada pela “lama invisível” e à ausência de alternativas econômicas⁷.

Tabela 1 – Evolução populacional dos municípios inseridos na Rodovia MG-129

MUNICÍPIO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
ITABIRA	116.745	117.634	118.481	119.285	119.186	120.060	120.904	121.717	110.335	110.335	110.335
MARIANA	58.233	58.802	59.343	59.857	60.142	60.724	61.288	61.830	64.890	64.890	64.890
OURO BR.	37.878	38.249	38.601	38.935	39.121	39.500	39.867	40.220	39.206	39.206	39.206
SANTA BA	29.888	30.169	30.436	30.690	30.807	31.324	31.604	31.873	29.491	29.491	29.491
SAO GONÇ	10.488	10.588	10.683	10.773	10.818	10.920	11.019	11.114	12.466	12.466	12.466
CONSELH	124.370	125.421	126.420	127.369	127.539	128.589	129.606	130.584	134.537	134.537	134.537
OURO PRI	73.700	74.036	74.356	74.659	73.994	74.281	74.558	74.824	76.069	76.069	76.069
SAO GONÇ	10.488	10.588	10.683	10.773	10.818	10.920	11.019	11.114	12.466	12.466	12.466
RIO PIRAC	14.590	14.602	14.613	14.624	14.346	14.339	14.332	14.325	14.120	14.120	14.120
CATAS AL	5.184	5.230	5.274	5.316	5.330	5.376	5.421	5.465	5.486	5.486	5.486

FONTE: Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais⁸. Elaborado pelos autores.

Entre os efeitos mais duradouros da mineração na região, destaca-se o fenômeno denominado “lama invisível” — expressão cunhada por movimentos sociais para descrever os medos, incertezas e vulnerabilidades vivenciadas pelas comunidades situadas nas Zonas de Autossalvamento (ZAS), áreas em que não há tempo hábil para intervenção estatal em caso

⁶ ANM. **Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB**. Disponível em: <https://app.anm.gov.br/SIGBM/Publico/Mapa>. Acesso em: 25 fev. 2023.

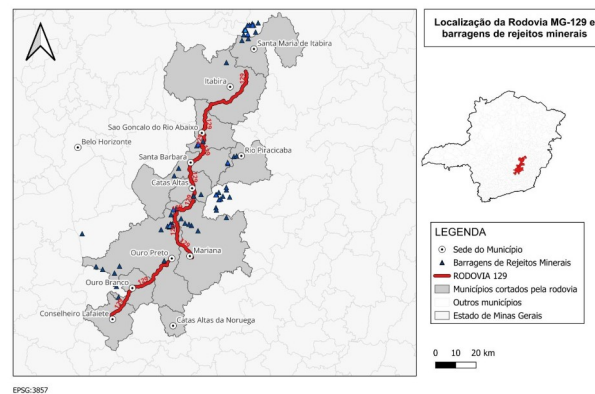
⁷ BRASIL. SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. **Plano de Segurança Pública 2024**. Belo Horizonte, 2024.

⁸ BRASIL. SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. **Plano de Segurança Pública 2024**. Belo Horizonte, 2024.



de rompimento de barragens. Embora a Lei nº 14.066/2020⁹ tenha proibido o método de alteamento a montante e exigido o descomissionamento de estruturas com esse tipo de construção até fevereiro de 2022, ainda existem 17 barragens em processo de desativação ao longo da MG-129, sendo 12 de responsabilidade da Vale S.A., empresa criticada por sua recorrente falta de transparência e comunicação com as comunidades afetadas.

Figura 1 – Localização da Rodovia MG-129 e barragens de rejeitos minerais



Fonte: Elaborado pelos autores.

Relatos de moradores das Zonas de Autossalvamento (ZAS) indicam graves impactos psicossociais, como medo constante, insônia e estresse crônico, além de prejuízos materiais e perda de direitos, dado que apenas os deslocados formalmente são reconhecidos como atingidos. A falta de clareza nos estudos técnicos, com erros nas projeções das manchas de inundação, agrava a vulnerabilidade dessas populações¹⁰.

Além disso, verificou-se que a dependência da arrecadação do CFEM torna os municípios suscetíveis ao esgotamento mineral, perpetuando desigualdades sociais e econômicas. Por meio da Correlação de Spearman entre o Índice de Complexidade Econômica (ICE) e a arrecadação do CFEM, foi possível exemplificar tal dependência dos municípios à atividade mineradora. O modelo extrativo, sem diversificação produtiva, ameaça o desenvolvimento sustentável na região, com risco de intensificação do êxodo populacional e

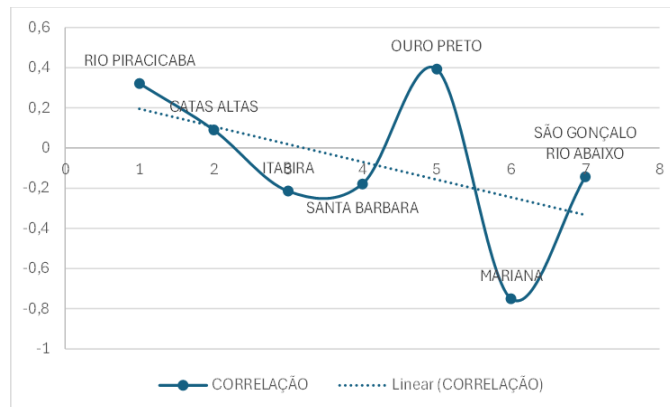
⁹ BRASIL. **LEI Nº 14.066 de 20 de setembro de 2020**. Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Diário Oficial da União, 2020.

¹⁰ MANUELZÃO, P. **A lama invisível que atormenta Antônio Pereira**. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/a-lama-invisivel-que-atormenta-antonio-pereira/>. 2021. Acesso em: 19 jun. 2025.



do colapso socioeconômico em médio e longo prazo, havendo, assim, um favorecimento ao neo-extrativismo cunhado por meio do grande lobby minerário brasileiro.

Gráfico 2 – Distribuição dos coeficientes de correlação de Spearman de ICE e CFEM (média entre 2015 e 2021)



Fonte: RAIS/MTE, 2023. Confeção do autor (2024)

3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises revelaram a ausência de estratégias eficazes para diversificação econômica, mesmo diante da expressiva arrecadação da CFEM. A falta de transparência das mineradoras intensifica a dependência local, ampliando a vulnerabilidade das comunidades. A correlação de Spearman mostrou forte relação entre CFEM e ICE em Mariana e Ouro Preto, mas baixa nos demais municípios, indicando ineficiência na aplicação dos recursos.

Além disso, indicadores como IDH e IFDM apontam um desenvolvimento socioeconômico estagnado, com pouca diversificação além da mineração. Relatos de moradores das Zonas de Autossalvamento (ZAS) destacam graves impactos psicossociais, como medo constante, insônia, estresse crônico, perdas materiais e negação de direitos, visto que já que apenas os deslocados oficialmente são reconhecidos como atingidos. A vulnerabilidade é agravada por falhas nos estudos técnicos, incluindo erros nas projeções das manchas de inundação.

Diante desse cenário, é urgente implementar ações concretas de diversificação econômica — como o incentivo ao turismo e a setores inovadores —, além de reforçar a fiscalização, revisar isenções como a da Lei Kandir e aplicar sanções mais rigorosas às práticas irresponsáveis das mineradoras, especialmente nas decisões que envolvem as ZAS.



REFERÊNCIAS

ANM. **Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB**. Disponível em: <https://app.anm.gov.br/SIGBM/Publico/Mapa>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BRASIL. **LEI Nº 14.066 de 20 de setembro de 2020**. Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). *Diário Oficial da União*, 2020.

BRASIL. SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MINAS GERAIS. **Plano de Segurança Pública 2024**. Belo Horizonte, 2024.

ENRÍQUEZ, M. A. R. S. **Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UnB. Universidade de Brasília, 2007.

MANUELZÃO, P. **A lama invisível que atormenta Antônio Pereira**. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/a-lama-invisivel-que-atormenta-antonio-pereira/>. 2021. Acesso em: 19 jun. 2025.

SOUZA, Rafael de Freitas. **A efêmera e fatal Mina de Cata Branca: mineração e trabalho numa companhia aurífera inglesa em Minas Gerais (1832–1844)**. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 7, n. 14, jul./dez. 2015.